

## RESENHA DAS DELIBERAÇÕES DA NONAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DO CONSELHO GERAL

----- Reuniu pela nonagésima sétima vez, aos três dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas dezoito horas e trinta minutos, de forma não presencial e síncrona, o Conselho Geral (CG) com a ausência dos(as) conselheiros(as) Maria José Ribeiro Evaristo, Marta Isabel Moreira Santos, Carlos Jorge Cardoso Leal Sousa, Andreia do Céu Carneiro Pinto e Maria Isabel Barbosa Silva Mendes. -----

----- Quanto ao **ponto anterior à ordem de trabalhos**; O presidente do CG informou o plenário que a conselheira Maria José Evaristo, informou via correio eletrónico, que não podia estar presente na reunião por questões pessoais. -----

----- A conselheira Manuela Almeida solicitou a intervenção e referiu que enquanto membro do Conselho Geral, vem por este meio manifestar a profunda preocupação relativamente a um conjunto de situações que têm vindo a afetar de forma significativa o normal funcionamento da nossa comunidade educativa. Têm-se multiplicado episódios de desrespeito por parte de alunos dirigidos a professores e a assistentes operacionais. Embora estes casos tenham sido devidamente comunicados e acompanhados pelo Gabinete do Diretor, é inegável que revelam uma tendência crescente que exige reflexão e ação concertada por parte de todos os órgãos da escola. O agravamento destas ocorrências compromete não só a autoridade dos profissionais, como também o clima de segurança e de confiança indispensável ao processo de ensino e aprendizagem. A esta realidade soma-se o incumprimento reiterado do Regulamento Interno e do Código de Conduta em vigor. A existência destes instrumentos normativos tem como propósito garantir a convivência harmoniosa, a responsabilidade individual e a defesa dos valores que sustentam a missão educativa da escola. Quando tais normas não são respeitadas, fragiliza-se a capacidade da instituição em assegurar um ambiente disciplinado, equitativo e propício ao desenvolvimento integral dos alunos. Adicionalmente, importa salientar a crescente interferência de alguns Encarregados de Educação na condução pedagógica dos docentes. Têm sido reportados diversos emails enviados aos diretores de turma cujo teor, para além de questionar competências exclusivamente atribuídas aos professores, ultrapassa os limites da urbanidade e do respeito institucional. Em determinadas situações, estas intervenções excedem claramente o legítimo direito de participação e colaboração das famílias, transformando-se numa ingerência que condiciona indevidamente o exercício profissional dos docentes e o papel educativo que é responsabilidade primeira da escola. Perante este cenário, considerou essencial reforçar uma cultura de corresponsabilização que envolva todos os intervenientes: alunos, famílias, docentes, assistentes operacionais e órgãos de gestão. É imprescindível promover o cumprimento rigoroso das normas regulamentares, restabelecer relações de respeito mútuo e reafirmar os limites institucionais que garantem o bom funcionamento da vida escolar. A conselheira Sandra Nobre, como representante do pessoal docente corroborou as palavras da conselheira Manuela Almeida. O presidente referiu que o CG

aprecia periodicamente os relatórios elaborados relativos ao comportamento e disciplina do agrupamento e certamente numa próxima reunião será alvo de análise com o objetivo de identificar necessidades de intervenção e promover melhorias. O diretor, professor Paulo Gomes, referiu que esta questão foi tratada ontem no conselho pedagógico. Neste ano letivo, quando existem comportamentos inadequados, tem-se verificado a desresponsabilização e desculpabilização por parte dos encarregados de educação (EE) quando confrontados com atitudes que os seus educandos possam ter tido. Essa forma de atuar acaba por legitimar os comportamentos dos alunos e acaba por ferir a autoridade do professor. O CP propôs uma série de medidas que irão ser aplicadas, mas devo referir que hoje mesmo, pelas 21 horas, irá ocorrer uma reunião com os representantes dos pais e EE no sentido de garantir que Pais e professores partilham o mesmo objetivo e dependem da colaboração mútua para promover o sucesso e o bem-estar dos alunos. Referiu ainda que os grandes picos de indisciplina, por norma, ocorrem durante o 1º período e muito mais no 2º ciclo porque é uma fase de adaptação a uma nova escola. Terminou referindo que apesar destas situações, tudo está a ser feito para que a nossa escola continue a ser uma referência de bons comportamentos, sã convivência, segurança e onde os alunos se sintam felizes. -----

----- Passando ao **ponto um - Leitura e aprovação da ata da reunião anterior**; Foi lida a ata da reunião anterior e procedeu-se às alterações consideradas pertinentes. Passou-se à votação tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes com direito a voto. -----

----- No que diz respeito ao **ponto dois - Composição do Conselho Geral – Representação das parcerias - Associação Empresarial de Paços de Ferreira**; Tendo em conta a informação veiculada por correio eletrónico do dia 15 de maio de 2025, sobre a designação do representante da Associação Empresarial de Paços de Ferreira neste órgão de direção, tomou posse a Drª Marta Ferreira Campanhã Barbosa. -----

----- Relativamente ao **ponto três - Informações do Diretor**; e ao **ponto quatro – Do encerramento do ano letivo 2024/2025 ao balanço do arranque do ano letivo 2025-2026**; O diretor deu informações relativas a estes dois pontos da ordem de trabalhos referindo que: -----

----- Final do ano letivo anterior (preparação do corrente ano letivo) - Constrangimento na elaboração das turmas, devido às orientações da DGEstE; Mudança compulsiva do software de gestão de alunos com o constrangimento de todos os dados relativos aos 1899 alunos não terem migrado de forma automática. -----

----- Início do ano letivo - Todos os docentes colocados pela DGAE; Sobrelotação da escola n.º2 e obras necessárias; Os laboratórios instalados pela autarquia nas escolas do 1º ciclo, os “STEAM LAB” que estão a ter sucesso junto dos alunos; A relação e articulação com as creches está a correr muito bem. -----

----- Ponto de situação na elaboração do Projeto Educativo para os anos letivos 2026/2029 - o responsável pela construção é o CP e o mesmo foi dado como concluído na reunião realizada ontem, dia 02 de dezembro. Neste momento está em discussão pública até dia 05 de janeiro, no sentido de recolher contributos para enriquecer o documento. Posteriormente será alvo de análise e aprovação pelo CG. -----

----- Ponto de situação das obras da EB23 e principais constrangimentos - Pavilhão a funcionar, mas com aspetos a terminar (mobiliário, comunicações e outros aspetos); Bloco de aulas sem acesso à internet; Criação de novos espaços cobertos para os alunos, no caso em frente à cantina, feito com verba de manutenção e conservação transferida pelo Município; Indefinição de datas concretas de mudança para a 2ª fase, tendo em conta o necessário tempo para deslocação de salas e material e para a reformulação de redes. -----

----- Ação inspetiva pela Inspeção-Geral de Educação e Ciência relativa ao programa controlo da organização do ano letivo 2025/2026 no nosso agrupamento - esta decorreu durante o passado mês de outubro e foram considerados os seguintes pontos fortes: -----

----- A prioridade dada à componente letiva na distribuição inicial do serviço docente, o que permitiu assegurar, desde o início do ano letivo, as atividades educativas e letivas a todas as crianças e alunos; -----

----- A distribuição do serviço docente foi realizada com equilíbrio, transparência e respeito pelas competências e preferências dos docentes, promovendo um ambiente colaborativo e propício ao sucesso educativo; -----

----- A integração das recomendações constantes nas fichas de aptidão para o trabalho, emitidas pela Medicina do Trabalho, potenciou uma afetação mais eficiente e estratégica dos docentes, respeitando as suas limitações funcionais. Esta abordagem revelou-se particularmente eficaz na implementação do Plano de Português Língua Não Materna, promovendo a valorização profissional e a otimização dos recursos humanos disponíveis; -----

----- A elaboração anual de um documento denominado “Lançamento do Ano Letivo”, como adenda ao Projeto Educativo, destinado à validação de aspetos operacionais e logísticos de carácter permanentemente atual, sujeito a aprovação pelo Conselho Pedagógico e pelo Conselho Geral; -----

----- O desenvolvimento e implementação de instrumentos operacionais próprios do Diretor, que asseguraram a este uma gestão estratégica e um controlo analítico e fundamentado do crédito horário. -----

----- Como ponto único que carece de melhoria, foi indicado que os critérios de distribuição do serviço docente não preveem a constituição de equipas educativas, não sendo respeitado o estipulado no artigo 2.º do Despacho Normativo n.º 10-B/2018, de 6 de julho. -----

----- **No ponto cinco – Autoavaliação interna – ano letivo 2024/2025:** -----

----- **Ponto cinco ponto um - Apreciação do relatório de autoavaliação interna, de acordo com a alínea k) do artigo 13º do Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho;** Foi apresentado, analisado e discutido o relatório de autoavaliação interna. O presidente referiu que o documento é muito completo, onde estão detalhadas todas as dinâmicas do agrupamento. O diretor focou alguns aspetos considerados pertinentes e estruturantes, vincando os pontos fortes plasmados no documento: -----

• Resultados escolares nas provas finais em linha com os resultados nacionais e os resultados internos em sentido ascendente. -----

• A participação da comunidade educativa na resposta aos questionários de satisfação. -----

- Consenso sobre o ambiente escolar e resolução da indisciplina entre professores e encarregados de educação. -----
  - A Direção é bem percebida na atribuição de funções e na gestão de conflitos, e os funcionários têm clareza sobre as suas tarefas. -----
  - Plano Anual de Atividades diversificado e abrangente que cumpre a missão do Agrupamento, proporcionando aos alunos uma formação integral. -----
  - Estabelecimento de parcerias com entidades da comunidade locais e regionais de diferente natureza que permitem o desenvolvimento de projetos e o enriquecimento da qualidade do processo formativo dos alunos. -----
  - Desenvolvimento e participação em projetos/competições/concursos que contribuem para o desenvolvimento de competências académicas e sociais e projetam a imagem do AEPF. -----
  - Acompanhamento prestado aos alunos pelas diferentes estruturas. -----
- Foram ainda referidas pelo diretor as propostas de melhoria referida no relatório, a saber: -----
- Na elaboração do PE, deverá existir maior coerência entre objetivos, metas (mensuráveis), ações e indicadores. -----
  - De acordo com as respostas dos AO/AT aos inquéritos, o ambiente de trabalho, a circulação de informação e o trabalho em equipa, embora maioritariamente positivos, apresentam uma percentagem considerável de neutralidade e discordância, indicando oportunidades para intervenções que melhorem a satisfação e a eficiência. -----
  - Efetuar revisões e atualizações do plano anual de atividades, uma vez que se verifica que houve atividades que se repetem ou que apresentam redundância. -----
  - Os dados sugerem que é necessário rever e, possivelmente, reforçar as estratégias de prevenção e intervenção disciplinar, especialmente no 3.º Ciclo. -----
  - Reforçar e atualizar os recursos digitais nas salas da Educação Pré-Escolar, assegurando a disponibilização de computadores e a melhoria dos recursos associados, nomeadamente projetores e acesso à internet. -----

----- A conselheira e vereadora da Educação do Município, Amância Santos começou por dar os parabéns pelos documentos que foram enviadas para preparação da reunião, em função do rigor e qualidade dos mesmos. De seguida começou por agradecer a paciência, compreensão e esforço que todos os atores têm tido para atenuar os constrangimentos que as obras na EB2/3 têm provocado. Informou que no dia 9 de dezembro está agendada uma reunião com o diretor e o empreiteiro para calendarizar as fases seguintes das obras. Em relação aos resultados escolares, ficou satisfeita com o que foi apresentado, uma vez que tem sido prática do Município um forte investimento na Educação, com a articulação e implementação de projetos e medidas com impacto positivo nos resultados escolares. No que diz respeito ao pré-escolar e 1º ciclo, neste momento está a decorrer um concurso para a atualização do parque informático dos centros escolares. Quanto aos parques infantis, neste momento existe um constrangimento com a certificação dos equipamentos, mas logo que seja possível estes brevemente ficarão operacionais.

Finalizou dizendo que estará sempre do lado das escolas, dos professores, dos pais, do pessoal não docente no sentido de encontrar soluções para ser um concelho referência na área da educação. -----

----- No que concerne ao **ponto seis – Definição das linhas orientadoras para a elaboração do orçamento para 2026 da escola sede do Agrupamento, de acordo com a alínea h) do artigo 13º do Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho**; O presidente começou por referir que a metodologia adotada foi idêntica a anos anteriores, ou seja, o documento apresentado foi elaborado pelo diretor para ser ajustado/alterado e validado pelo plenário. -----

----- De seguida o documento foi apresentado. Posteriormente foram analisadas e discutidas as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento para 2026 da escola sede do agrupamento. -----

----- O presidente do CG colocou o documento à votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. Foram assim definidas as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento para 2026 da escola sede do Agrupamento. -----

----- Quanto ao **ponto sete - Definição das linhas orientadoras do planeamento e execução das atividades no domínio da ação social escolar para 2026, de acordo com a alínea i) do artigo 13º do Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho**; Foram apresentadas, analisadas e discutidas as linhas orientadoras do planeamento e execução das atividades no domínio da ação social escolar. -----

----- De seguida o presidente colocou o documento à votação, sendo aprovado por unanimidade dos presentes. Foram assim definidas as linhas orientadoras do planeamento e execução das atividades no domínio da ação social escolar para 2026. -----

----- Por último e no que diz respeito ao **ponto oito – Apresentação da Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola**: -----

----- **Ponto oito ponto um - Aprovação do documento**; Foi apresentada uma proposta de Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola (EECE) do nosso Agrupamento. Esta foi elaborada em conformidade com a nova Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), consagrada na Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2025, de 29 de agosto. A conselheira Paula Santos propôs e argumentou a integração da atividade “No Poupar Está o Ganho”, a qual foi aceite por todos os presentes. Depois de analisada e discutida, o presidente do CG colocou o documento à votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes. -----

----- E nada mais havendo a tratar, deu-se por terminada a reunião. -----

#### **Assinaturas:**

**O Secretário:**

**O Presidente:**